

Adriana Erthal Abdenur¹

As relações América Latina-Palestina sob a ótica da cooperação Sul-Sul

Resumo: Ao longo da última década, um total de 22 países latino-americanos formalmente reconheceram a Palestina como Estado soberano. O que motivou essa onda de reconhecimento, assim como outros gestos de apoio que se seguiram? O artigo analisa as decisões tomadas pelos governos desses países no contexto da intensificação da cooperação Sul-Sul e do discurso de solidariedade, assim como as iniciativas concretas lançadas a partir dos acordos de cooperação. O argumento central é que o reconhecimento do Estado palestino por países latino-americanos reflete um processo duplo de legitimação política. Do lado palestino, a manobra diplomática representa o reconhecimento não apenas de um conjunto de indivíduos, e sim de uma nação palestina com história e identidade próprias, digna de atuar no plano internacional em pé de igualdade jurídica com os demais Estados. Para os Estados da América Latina, o reconhecimento formal da Palestina também tem peso simbólico importante, pois substancia o discurso de cooperação Sul-Sul e solidariedade promovido por muitos dos governos da região e abre portas para acordos e projetos de cooperação. No entanto, essa dupla legitimação depende da capacidade dos atores envolvidos de implementar e manter iniciativas concretas de cooperação em um contexto de elevada instabilidade no Oriente Médio e de contestação política.

Introdução

Desde 2008, um total de 22 países latino-americanos formalmente reconheceram a Palestina como Estado soberano. O que motivou essa onda de reconhecimento, assim como outros gestos e iniciativas de apoio que se seguiram? O artigo trata de responder essa pergunta analisando as decisões tomadas pelos governos desses países no contexto da intensificação da cooperação Sul-

¹ Professora do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. Email: abdenur@post.harvard.edu

Sul e do discurso de solidariedade que acompanha esse aprofundamento de laços entre países em desenvolvimento. Também são examinadas as iniciativas concretas de cooperação, sobretudo nas áreas do desenvolvimento de assistência humanitária, que vêm sendo implementadas por esses países na Palestina.

O argumento central é que o reconhecimento do Estado palestino por países latino-americanos reflete um processo duplo de legitimação política. Do lado palestino, a manobra diplomática representa o reconhecimento não apenas de um conjunto de indivíduos, e sim de uma nação palestina com história e identidade próprias, digna de atuar no plano internacional em pé de igualdade jurídica com os demais Estados. Tal reconhecimento traz portanto não apenas repercussões perante o direito internacional, possibilitando novas dinâmicas bi- e multilaterais, mas também legitima a reivindicação do povo palestino por um Estado independente. Para os Estados da América Latina, o reconhecimento da Palestina também tem peso simbólico importante, pois substancia o discurso de cooperação Sul-Sul e solidariedade promovido por muitos dos governos da região, abrindo portas para acordos e projetos de cooperação. No entanto, essa dupla legitimação depende da capacidade dos atores envolvidos de implementar e dar continuidade às iniciativas concretas de cooperação em um contexto de elevada instabilidade no Oriente Médio e de contestação política.

O artigo está estruturado da seguinte forma. A primeira parte do texto define o reconhecimento de Estado de acordo com a literatura acadêmica de relações internacionais e do direito internacional, oferecendo também um pano de fundo sobre a cooperação Sul-Sul, inclusive os laços históricos entre a América Latina e a Palestina. Em seguida, são analisadas as motivações por trás do reconhecimento da Palestina por parte dos países latino-americanos, ressaltando algumas divergências importantes e destacando os acordos e iniciativas de cooperação para o desenvolvimento que foram implementados nos últimos anos. A conclusão aponta algumas das principais repercussões dessa onda de reconhecimento formal e identifica direções para futuras pesquisas sobre as relações entre a América Latina e a Palestina.

O Reconhecimento de Estado e a Cooperação Sul-Sul

O reconhecimento de Estado e a Palestina

Ainda que os Estados não sejam os únicos atores das relações internacionais, eles são os principais objetos do direito internacional. Sob esse arcabouço jurídico, o reconhecimento formal de uma comunidade política como Estado por outros Estados é um passo fundamental para o estabelecimento e aprofundamento das relações internacionais. No entanto, as consequências do reconhecimento não se restringem apenas aos Estados específicos; o ato de reconhecimento também tem repercussões sistêmicas, na medida em que provoca uma mudança no status quo das relações internacionais, tanto no plano regional quanto no global. Por isso, o reconhecimento formal de um Estado é sempre sujeito a contestações, pois, através do reconhecimento, constitui-se um novo arranjo de soberania que pode provocar tensões com Estados cujas reivindicações são afetadas pelas novas relações de poderⁱ.

O reconhecimento ocorre de duas formas—um *de jure*, e outro *de facto*—sendo que os dois não ocorrem necessariamente de forma simultânea. Em ambas dimensões, disputas surgem acerca dos critérios de acordo com os quais uma comunidade política pode ser reconhecida como Estado—desde a reivindicação de autodeterminação até questões de viabilidade prática do Estado. De acordo com a Convenção de Montevideu sobre os Direitos e Deveres dos Estados, de 1933, tais requisitos incluem: população permanente; território determinado; a existência de um governo; e capacidade de entrar em relações com os demais Estados. A convenção estabelece uma série de direitos (tais como o de assinar tratados, o de se proteger no caso de ataque armado, e o de ser considerado como “igual” perante o direito internacionais), assim como uma série de responsabilidades, tais como a de não reconhecer aquisições territoriais ou vantagens especiais realizadas pela forçaⁱⁱ.

Muitos especialistas em direito internacional argumentam que o reconhecimento ou não-reconhecimento de um Estado é apenas um gesto declaratório. No entanto, mesmo os que defendem essa posição aceitam que o reconhecimento pode desempenhar um papel constitutivo em certos casos marginais, por exemplo pressionando por um desfecho específico que não poderia ser alcançado exclusivamente através dos critérios formais de viabilidade (Cerone, 2012). Portanto, se uma comunidade política reivindica a condição de Estado mas ainda não alcançou plenamente os critérios de viabilidade, o reconhecimento por parte de outros Estados pode alterar o equilíbrio a favor do novo Estado (Wilde, Cannon e Wilmschurt, 2010). Para tal, é necessário obter reconhecimento formal por parte de um número elevado de Estados, e idealmente ter esse reconhecimento manifestado através de uma decisão da ONU admitir a

entidade reivindicante como membro pleno da organização—o que pressupõe status de Estado. No caso da Bósnia e Herzegovina, o reconhecimento amplo facilitou admissão à ONU como Estado independente em 1993; em comparação, o número de Estados que atualmente reconhecem formalmente o Kosovo ainda não é suficiente para que ingresse na ONU.

No plano político, o reconhecimento formal é uma forma de legitimação da comunidade política. Weber (1958:78) define o Estado moderno como “uma comunidade humana que detém o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território.” No entanto, a legitimidade do Estado soberano depende não apenas do reconhecimento interno, ou seja, por seus cidadãos, mas também do reconhecimento externo—uma aceitação pelos demais Estados da sua condição de Estado. Empiricamente, no entanto, torna-se extremamente difícil constatar quais características surgem em um Estado antes do reconhecimento formal e quais surgem após o reconhecimento (Wendt, 2004, citado em Bartelson, 2013: 113).

Tais ambiguidades estão presente no caso da Palestina. O reconhecimento internacional consta entre as prioridades da Organização de Libertação da Palestina (OLP) desde a declaração de independência palestina, proclamada em 15 de novembro de 1988 durante a 19ª sessão do Conselho Nacional Palestino, em Argel. Embora nesse momento a OLP não exercesse controle sobre o território palestino, a proclamação desencadeou uma onda de reconhecimento por parte de outros países em desenvolvimento, sobretudo entre países comunistas e não alinhados da Ásia e da África. De acordo com a OLP, até fevereiro de 1989 um total de 94 países reconheciam formalmente o Estado Palestino. Ao mesmo tempo, a OLP se deparou com resistência, mesmo para além de Israel. Os Estados Unidos recorreram a uma série de medidas, inclusive o *Foreign Assistance Act*, para pressionar outros países e organizações internacionais a não reconhecerem a Palestina. Em 1989, quando a Palestina pleiteou tornar-se Estado membro da Organização Mundial da Saúde (OMS), os Estados Unidos—que forneciam cerca de um-quarto do financiamento da OMS— avisaram a instituição que suspenderiam o financiamento norte-americano à organização caso a Palestina fosse admitida. O diretor-geral da OMS cedeu à pressão e pediu que a Palestina retirasse a sua candidatura; a Palestina tem status de observador junto à organização. Ao longo dos próximos anos, os EUA continuou se esforçando de forma a frustrar o ingresso da Palestina como membro pleno em organizações e tratados internacionais, o que levou muitos palestinos a enxergar os Estados Unidos como mediador parcial (Aruri, 2003).

Como parte das negociações de paz, os acordos de Oslo, assinados em setembro de 1993, consideram a Autoridade Nacional Palestina (ANP) uma administração autônoma interina; no contexto dos acordos, até hoje o seu status permanece indefinido. Na prática, Israel mantém controle militar sobre o território que é nominalmente administrado pela ANP, e os governos israelenses têm oscilado no seu apoio (geralmente ambíguo) à criação de um Estado palestino. Além disso, Israel se recusa a aceitar a definição de fronteiras da Palestina anterior à Guerra dos Seis Dias como base para negociações e se opõe à estratégia palestina de recorrer à Assembleia Geral da ONU, argumentando que a medida contraria os acordos de Oslo (nos quais ambas partes concordaram em abrir mão de medidas unilaterais). Do ponto de vista da Palestina, tornar-se membro pleno da ONU—mesmo que o ingresso não seja legalmente equivalente a tornar-se Estado—representaria não apenas obter o direito de voto, mas também participar mais plenamente de debates globais, ter acesso a mais recursos multilaterais, e ter a possibilidade de levar suas reivindicações jurídicas aos tribunais internacionais.

Apesar de diversas tentativas de estabelecer a paz, diversas fontes de tensão entre Palestina e Israel—dentre os quais, a questão das fronteiras, o direito à água, o status de Jerusalém, a expansão dos assentamentos israelenses, o status dos refugiados palestinos e os ataques mútuos—criam dificuldades para o avanço das negociações. A frustração com a paralisação do processo somou-se à percepção de uma expansão do apoio à causa palestina no plano internacional, contribuindo para a ANP desenvolver a campanha “Palestina 194”, que visa tornar a Palestina o 194º Estado membro da ONU. Em 23 de setembro de 2011, Mahmoud Abbas, Presidente da ANP, apresentou ao Secretário-Geral da ONU novo pleito formal da Palestina ao reconhecimento como Estado membro. Embora a iniciativa tenha sido bloqueada no Conselho de Segurança, a ANP conseguiu que a Palestina ingressasse como Estado membro na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O caráter ambíguo de muitas declarações de reconhecimento dificulta o cálculo preciso de quantos Estados reconhecem a Palestina, mas estima-se que, até 27 de setembro de 2013, 134 dos 193 Estados membros da ONU reconheciam a Palestina (quase 70 por cento do total). Além disso, muitos dos demais Estados reconhecem a OLP como “representante do povo palestino”. A falta de reconhecimento dificulta não apenas o alcance de objetivos no plano multilateral, mas também produz empecilhos para as relações bilaterais, inclusive nas áreas comercial, de investimento, e intercâmbio de conhecimento. Esse quadro, somado à instabilidade e

insegurança, ajuda a explicar o nível de dependência da Palestina em relação à assistência ao desenvolvimento. Desde a década de 70, a Palestina tornou-se um dos principais recipiendários da assistência ao desenvolvimento, tanto de países do Norte e do mundo Árabe quanto de organizações multilaterais, sobretudo a Agência de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) e a Comissão Europeia. Na falta de um interlocutor formalmente reconhecido por países doadores, boa parte dessa assistência é canalizada através de organizações não-governamentais. No entanto, o controle militar e burocrático que Israel mantém sobre os territórios palestinos muitas vezes dificulta a entrada e uso de recursos, sobretudo durante períodos de turbulência tais como as *Intifadas* e os bombardeamentos israelenses, e a escassez de resultados concretos vem provocando fortes críticas à assistência ao desenvolvimento na Palestina (Taghdisi-Rad, 2011).

A literatura acadêmica sobre o reconhecimento da Palestina, tende a adotar a ótica do direito internacional. Embora o aspecto legal do reconhecimento seja importante, tal abordagem nem sempre esclarece as motivações políticas por trás da decisão de reconhecer ou não certa comunidade política como Estado e as consequências dessa opção para além da dimensão jurídica. Recorremos, portanto, à literatura sobre a cooperação Sul-Sul para ampliar a análise do reconhecimento formal da Palestina por parte de países latino-americanos.

A cooperação Sul-Sul e o discurso de solidariedade

Nas relações internacionais, o conceito de cooperação Sul-Sul se refere aos laços e intercâmbios entre países em desenvolvimento. Ainda durante a Guerra Fria, muitos países de baixa e média renda visavam construir um “terceiro espaço” que não fosse regido pelo embate ideológico que travavam os Estados Unidos e a União Soviética. A Conferência de Bandung de 1955 e a criação do Movimento Não-Alinhado (MNA) foram marcos importantes na construção de uma narrativa sobre a cooperação Sul-Sul, pois—além de defender a solidariedade a povos colonizados e movimentos de independência—promovia a elaboração de soluções para o desenvolvimento que não dependessem da assistência do Norte. Esse discurso Sul-Sul se disseminava no contexto mais amplo do surgimento de novos Estados, sobretudo a partir de colônias na África e no Oriente Médio. Além dessas instituições multilaterais, a cooperação também se manifestou através de laços bilaterais, com alguns países em desenvolvimento—dentre eles, o Brasil, a Índia

e a China—oferecendo cooperação técnica e projetos de infraestrutura a outros países em desenvolvimento, inclusive no Oriente Médio. Tais provedores de cooperação Sul-Sul enfatizavam a horizontalidade dessas iniciativas, que—de acordo com a perspectiva Sul-Sul—não estariam marcadas pelo legado colonialista da assistência. A cooperação ecoava também a ideia (já presente no MNA) de que a cooperação entre países em desenvolvimento geraria benefícios mútuos, ao invés de ser pautada pelo paternalismo e assistencialismo.

No âmbito da ONU, o Terceiro Mundo tentou coordenar suas posições na área do desenvolvimento, o que contribuiu para o lançamento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a criação simultânea do Grupo de 77. No entanto, após o lançamento das propostas que vieram a constituir a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), o terceiro-mundismo perdeu fôlego, abrindo espaço para o paradigma neoliberal das instituições de Bretton Woods (Rist, 2002). No campo do desenvolvimento, apesar da criação de espaços dentro da ONU tais como plataformas para a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (Technical Cooperation Between Developing Countries - TCDC), predominava a assistência Norte-Sul.

A cooperação Sul-Sul passou a chamar atenção novamente somente no pós-Guerra Fria, e mais especificamente a partir da década de 90, quando a China—cuja economia alcançava taxas de crescimento anual superior aos 10 por cento—intensificou suas relações com países africanos. O governo chinês passou a incentivar as empresas chinesas—tanto as estatais quanto as companhias privadas—a investirem na África, tratando o continente como um espaço de oportunidades para benefícios mútuos. No entanto, a China não foi a única potência emergente a estreitar relações com outros países em desenvolvimento. Sobretudo a partir da virada do milênio, quando algumas economias emergentes alcançaram taxas relativamente elevadas de crescimento, a Índia, a África do Sul, o Brasil e a Turquia (entre outros) também buscaram retomar ou intensificar sua cooperação para o desenvolvimento, agora predominantemente como provedores de cooperação, e não como recipiendários de assistência (Mawdsley, 2012).

Embora os discursos oficiais dos provedores de cooperação Sul-Sul não serem homogêneos, as narrativas se assemelham na ênfase dada ao sentimento de solidariedade, o que é usado para ressaltar os supostos contrastes entre a cooperação Sul-Sul e a assistência do Norte, que seria excessivamente assimétrica e auto-interessada. De acordo com o discurso oficial dos provedores,

a cooperação Sul-Sul é baseada em parcerias efetivas, pois o intercâmbio de conhecimento, tecnologia e experiências ocorre entre países que enfrentam desafios similares.

O discurso da cooperação Sul-Sul também ganhou peso devido a uma série de fatores conjunturais. Em primeiro lugar, a intensificação dos fluxos Sul-Sul coincidiu com a diminuição (temporária) da assistência tal como ela é definida pela OCDE (Kharas e Rogerson, 2012). Além disso, surgira no novo milênio novas coalizões informais entre potências emergentes, tais como o Fórum de Diálogo Índia Brasil África do Sul (IBAS) e o grupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Tais iniciativas têm em comum um forte tom contestatório, que busca pressionar pela reforma da governança global. No que diz respeito ao campo do desenvolvimento, essas potências emergentes—individualmente ou através de agrupamentos como o BRICS—vêm contestando tentativas lideradas pela OCDE de estabelecer as normas para o desenvolvimento internacional. Por exemplo, os BRICS vêm se distanciando da “agenda da eficácia” da OCDE. Defendendo que a cooperação Sul-Sul é fundamentalmente diferente da assistência e que portanto os provedores de cooperação não podem ser categorizados como doadores, países como o Brasil e a China resistem a iniciativas tais como o Encontro de Alto Nível de Busan e optam por não participar ativamente da Parceria Global, lançada pela OCDE no México em 2014. Portanto, no campo do desenvolvimento, a expansão da cooperação Sul-Sul vem provocando novas tensões e dinâmicas institucionais.

Para alguns países latino-americanos, o discurso da cooperação Sul-Sul também faz parte de um esforço mais abrangente de aumentar a sua autonomia no sistema internacional—sobretudo em relação aos Estados Unidos, que dominaram a região durante a Guerra Fria e continuam exercendo influência. Essa postura foi adotada principalmente pelas lideranças esquerdistas que chegaram ao poder após a virada do milênio, embora as ideologias, discursos e comportamentos desses governos não sejam homogêneos. A ambição de maior autonomia se manifesta não apenas na política externa desses países individualmente, mas também na criação de iniciativas sub-regionais, tais como a ALBA—liderada por Hugo Chávez da Venezuela—e a União de Países Sul-Americanos, Unasul—lançada por Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil. Vale ressaltar que os atuais governos da região representa um leque de regimes que inclui não apenas regimes socialistas (Cuba) e bolivarianos (Venezuela, Equador, Bolívia), mas também governos que se alinham mais fortemente aos Estados Unidos e que implementam políticas de

desenvolvimento menos centradas no papel do Estado (México, Costa Rica, e Colômbia, por exemplo).

Apesar de tais divergências políticas, uma série de iniciativas multilaterais foram lançadas para aprofundar a cooperação Sul-Sul—não apenas entre os países da região, mas também com países em regiões mais distantes. No caso do Oriente Médio, esse estreitamento deu-se em parte através da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), lançada em maio de 2005 com o objetivo de expandir o diálogo político e os vínculos econômicos entre os países da Unasul e da Liga Árabe, que inclui a Palestina. De uma maneira geral, a ASPA também visa dos consolidar e expandir os laços históricos que a América do Sul tem com o Oriente Médio. Embora os fluxos migratórios palestinos para a América Latina sejam menos significantes quando comparados aos números de indivíduos que migraram do que é hoje o Líbano e a Síria, existem comunidades significativas no Chile (cerca de 500,000 pessoas), no México (120,000), em El Salvador (70,000), no Brasil (59,000), no Peru (15,000) e na Colômbia (12,000). Essa presença decorre de diferentes fluxos migratórios, com alguns eventos servindo como estopim para ondas migratórias, por exemplo a Guerra Árabe-Israelense de 1948 e a Guerra de Seis Dias, quando centenas de milhares de palestinos foram deslocados da sua terra natal. Em muitos lugares da América Latina, a migração mais recente contribuiu para o estabelecimento de novos núcleos da diáspora e para a constituição de identidades e comunidades transnacionais que interligam a América Latina e a Palestina (Sochaczewski, 2014; Pinto, 2014; Jardim, 2007).

Dentre os noventa Estados que reconheceram a Palestina após sua declaração de independência em 1988, apenas dois países latino-americanos o fizeram: Cuba e a Nicarágua (ambos em novembro de 1988), sendo que a maioria dos países da região reconheciam Israel e já mantinham embaixadas em Tel Aviv. A abertura de representações diplomáticas em Ramallah—primeiramente pelo Chile, em 1998, e em seguida pelo Brasil, em 2004—foi um dos primeiros sinais da atenção crescente que países latino-americanos passaram a dar à Palestina (Baeza, 2011: 36).

Após a virada do milênio, três outros países latino-americanos passaram a reconhecer a Palestina: a Costa Rica (fevereiro de 2008), a Venezuela (abril de 2009) e a República Dominicana (julho de 2009), sendo que nenhum dos três reconheceu o Estado da Palestina de acordo com as fronteiras de 4 de junho de 1967 (ou seja, a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Leste—territórios árabes antes da Guerra dos Seis Dias). Logo em seguida, o

reconhecimento formal pelo Brasil, em 2010, desencadeou uma onda de apoio cujas motivações, resultados e consequências são analisadas na próxima parte do artigo.

A virada latino-americana

Como explicar a onda recente de reconhecimento formal do Estado Palestino por países latino-americanos? Em parte, a virada deve-se aos esforços palestinos, sobretudo a campanha “Palestina 194,” lançada pela ANP em 2009 com o objetivo de ampliar o reconhecimento do Estado Palestino de acordo com as fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias. Embora a iniciativa tenha provocado críticas e resistências, por exemplo por parte da Alemanha e do Canadá, a campanha conquistou o apoio do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, que defendeu o direito dos membros da ONU a votarem sobre o reconhecimento da Palestina.

Para a Palestina, nesse período o apoio de países latino-americanos adquiriu uma importância estratégica. Embora muitos países do Oriente Médio e do Norte da África reconheçam a Palestina, o apoio concreto oferecido à ANP é limitado por fatores geopolíticos, pela fragmentação do mundo árabe e pela desconfiança que muitos governos da região nutrem em relação ao Hamas. Isso ajuda a explicar porque regiões mais distantes, tais como a África e a América Latina, foram adquirindo peso na estratégia palestina de ampliar o número de países que reconhecem o Estado palestino. A partir de 2009, a ANP começou a mobilizar suas embaixadas e representações diplomáticas no esforço de promoção do reconhecimento formal. Delegações de altos funcionários, tais como Yasser Abed Rabbo, Riyad al-Maliki, Saeb Erekat, Nabil Shaath e Riyad Mansour, visitaram diversos países da América Latina. Os embaixadores palestinos na região, muitas vezes com assistência de representantes de outros Estados árabes, foram encarregados de conseguir o apoio dos governos interlocutores.

Como demonstra a Tabela 1, o reconhecimento por países latino-americanos se alastrou rapidamente pela região. Em dezembro de 2010, o governo Lula resolveu reconhecer formalmente a Palestina. Dias depois, a Argentina fez o mesmo e, em seguida, a Bolívia e o Equador. Ao longo de 2011, também anunciaram o reconhecimento formal o Chile (janeiro de 2011), a Guiana (janeiro de 2011), o Peru (janeiro de 2011), o Paraguai (janeiro de 2011), o Suriname (fevereiro de 2011), o Uruguai (março de 2011), El Salvador (agosto de 2011), Honduras (agosto de 2011), São Vicente e Granadinas (agosto de 2011), Belize (setembro de

2011), Dominica (setembro de 2011), Antigua e Barbuda (setembro 2011) e Granada (setembro de 2011).

Tabela 1: Reconhecimento do Estado Palestino por países latino-americanos

País	Data do reconhecimento	Reconhece as fronteiras de 4 de junho de 1967?
Cuba	16 de novembro de 1988	não
Nicarágua	16 de novembro de 1988	não
Costa Rica	5 de fevereiro de 2008	não
Venezuela	27 de abril de 2009	não
República Dominicana	14 de julho de 2009	não
Brasil	1 de dezembro de 2010	sim
Argentina	6 de dezembro de 2010	sim
Bolívia	17 de dezembro de 2010	sim
Equador	24 de dezembro de 2010	sim
Chile	7 de janeiro de 2011	não
Guiana	13 de janeiro de 2011	sim
Peru	24 de janeiro de 2011	sim
Paraguai	27 de janeiro de 2011	sim
Suriname	1 de fevereiro de 2011	sim
Uruguai	15 de março de 2011	não
El Salvador	25 de agosto de 2011	não
Honduras	26 de agosto de 2011	sim
São Vicente e Granadinas	29 de agosto de 2011	sim
Belize	9 de setembro de 2011	sim
Dominica	19 de setembro de 2011	não
Antigua e Barbuda	22 de setembro de 2011	sim
Grenada	25 de setembro de 2011	sim
Guatemala	9 de abril de 2013	não
Haiti	27 de setembro de 2013	não

Fonte: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Executive Board, 1989
"Hundred and thirty-first Session: Item 9.4 of the provisional agenda, Request for the Admission of the
State of Palestine to UNESCO as a Member State" (Paris), 12 de maio.

O apoio conquistado não se restringiu à América Latina. Durante os preparativos para a votação na ONU, a Rússia, a China e a Espanha, dentre outros, publicamente defenderam o ingresso da Palestina como membro pleno; também o fizeram organizações multilaterais tais como a União Africana e o Movimento Não-Alinhado. Entidades da sociedade civil em diversas regiões do mundo lançaram campanhas apoiando o pleito palestino, inclusive recorrendo às redes sociais. Ao mesmo tempo, Israel, os Estados Unidos, Alemanha, Itália e Canadá anunciaram publicamente que se oporiam à resolução, e tanto Israel quanto os EUA lançaram campanhas para convencer outros países a oporem ou se absterem da resolução. No entanto, com a obtenção palestina da “maioria automática” na Assembleia Geral, Israel reconheceu que não conseguiria bloquear uma resolução até setembro daquele ano.

A onda de apoio latino-americano incentivou a ANP a ampliar a campanha Palestina 194. Em setembro de 2011, Abbas formalmente pleiteou junto à ONU o ingresso da Palestina como Estado membro. Para tal, a Palestina precisaria obter apoio do Conselho de Segurança, além de dois terços dos votos da Assembleia Geral; perante a possibilidade de veto por parte dos Estados Unidos no CSNU, a Palestina optou por pleitear uma alteração de status mais limitada, à condição de “Estado não-membro”, o que requer apenas uma maioria dos votos na Assembleia Geral. Apesar de resistências por parte de Israel, EUA, Alemanha, Itália e Canadá, a Assembleia Geral aprovou a Resolução 67/19, alterando o status da Palestina dentro da organização para “Estado observador não-membro”ⁱⁱⁱ. Um total de 138 países votaram a favor da resolução, 9 votaram contra, e 41 se abstiveram. Assim como Israel, os Estados Unidos se recusaram a reconhecer a Palestina formalmente, argumentando que o estabelecimento formal do Estado palestino só poderia ser determinado por negociações diretas entre a OLP e Israel. Dentre os países latino-americanos, mesmo alguns que não reconhecem o Estado Palestino votaram a favor da resolução, por exemplo o México.

A resolução 67/19 tem peso predominantemente simbólico; ela permite que a Palestina faça parte de certos tratados e agências especializadas da ONU, mas não amplia de forma significativa o poder de participação do qual a Palestina goza junto à ON. Mesmo assim, a adoção da resolução reflete a determinação por parte do órgão político mais representativo da ONU de que a Palestina é um Estado soberano. Com a alteração do status, os representantes

palestinos junto à ONU deixaram de representar somente a Autoridade Nacional Palestina e passaram a representar o Estado da Palestina, que tornou-se o nome oficial da nação palestina perante a ONU.

Mesmo após a mudança de status da Palestina, a onda de apoio latino-americano continuou. Em 2013, a Guatemala e o Haiti reconheceram a Palestina, elevando o número total de países latino-americanos que reconhecem o Estado palestino para 24. Dentre os que reconheceram a partir de 2010, há uma diversidade de posições em relação à definição das fronteiras, sendo que o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Equador, a Guiana, o Suriname, Honduras, São Vicente e Granadinas, Belize e Antigua e Barbuda reconhecem as fronteiras de acordo com 4 de junho de 1967. Os demais não especificaram definição das fronteiras reconhecidas.

Além do apoio individual por parte desses países, a Palestina conquistou o apoio de configurações regionais, tais como o Mercosur. Em dezembro de 2010, durante a 40ª Cúpula do bloco, uma delegação “do Estado palestino independente” foi convidado a participar. A reunião debateu o estabelecimento de um tratado de comércio e cooperação econômica com a ANP. Tanto a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) quanto a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) estenderam à Palestina convite para que se torne observador nesses mecanismos regionais. Ou seja, longe de se resumir em expressões e gestos de apoios bilaterais, o reconhecimento da Palestina também se manifesta pelas instituições regionais de cooperação Sul-Sul que surgem na América Latina na última década.

Motivações: solidariedade e interesses

As motivações por trás dos atos de reconhecimento não são homogêneas. Em primeiro lugar, percebe-se que, apesar da “virada” latino-americana, alguns países importantes da região ainda não reconhecem a Palestina, sobretudo aqueles que se alinham mais fortemente com a política externa dos EUA. No caso da Colômbia, Bogotá havia estreitado seus laços com Israel a partir de 2008. Em 2011, após vários Chefes de Estado latino-americanos anunciarem o reconhecimento do Estado Palestino, o Presidente Juan Manuel Santos afirmou que a Colômbia não faria o mesmo “por uma questão de princípio” até que um acordo fosse negociado entre a Palestina e Israel^{iv}. O México apoia uma solução de dois estados, mas—como a Colômbia—se

mantém alinhada com a posição norte-americana. Outros países da região, tais como o Panamá, ainda não se pronunciaram sobre a sua posição.

Dentre os países que aderiram à terceira onda, percebe-se uma gama ampla de motivações, algumas das quais refletem a ambição de formular políticas externas mais autônomas (sobretudo em relação aos EUA) através da cooperação Sul-Sul. Em primeiro lugar, muitas das lideranças esquerdistas que vieram ao poder na América Latina após a virada do milênio se identificam com a luta palestina pela autodeterminação. Um total de 21 países latino-americanos atualmente são membros plenos do Movimento Não Alinhado, cujo discurso oficial enfatiza o combate ao imperialismo desde a sua fundação, em 1961, e que conta com um comitê dedicado à causa palestina^v. Dentre os membros latino-americanos, 18 países pertencem à organização desde a Guerra Fria (o Brasil nunca foi membro mas participa como observador).

Sobretudo entre os governos que adotam uma postura abertamente anti-imperialista, a OLP é vista como uma espécie de “movimento primo” dos grupos revolucionários que combateram o colonialismo e os regimes autoritários que gozavam de apoio norte-americano. Diversos líderes esquerdistas da América Latina, tais como Hugo Chávez, tinham boas relações pessoais com Yasser Arafat, e essa associação ainda é lembrada com frequência pela liderança cubana; Fidel Castro se referia ao sofrimento dos Palestinos sob ocupação israelense como parte da crítica ao imperialismo norte-americano. Na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional e a OLP já mantinham laços políticos mesmo antes do reconhecimento formal da Palestina por Manágua, em 1988^{vi}. A presidente chilena, Michelle Bachelet, certa vez comparou o seu exílio político na Europa durante a ditadura de Augusto Pinochet ao sofrimento dos refugiados palestinos a quem Israel nega o direito de retorno. A ANP incentiva essa associação, por exemplo concedendo condecorações a líderes latino-americanos; em maio de 2014, durante visita a Caracas, Abbas entregou a medalha “Estrela da Palestina” aos parentes de Chávez e ao seu sucessor, Nicolás Maduro^{vii}.

A solidariedade para com os povos árabes, sobretudo os palestinos, se aprofundou a partir do início da Guerra ao Terror. Muitos governos da região criticam a abordagem militar-intervencionista adotada pelos EUA e seus aliados no combate ao terrorismo. Para diversas lideranças latino-americanas, a “mão pesada” desses atores implica em uma forte discriminação contra o mundo árabe, através de associações implícitas ou explícitas entre o islamismo e o terrorismo. Essa contestação se aplica não apenas à Guerra ao Terror no Oriente Médio e no

Mundo Árabe, mas também aos núcleos populacionais de origem árabe na própria América Latina, por exemplo a tríplice fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

Alguns líderes latino-americanos expressam não apenas solidariedade para com os povos árabes, mas também um forte sentimento anti-Israel. Em 2006, por exemplo, Hugo Chávez comparou as ações de Israel na Palestina às de Hitler e os nazistas, e afirmou que a liderança israelense deveria ser julgada pelo Tribunal Criminal Internacional—declarações que geraram indignação e acusações de antissemitismo, sobretudo por parte das populações israelenses e judaicas^{viii}. Tanto a Venezuela quanto a Bolívia cortaram relações diplomáticas com Israel após a Guerra de 2008-2009 em Gaza.

O reconhecimento formal também representa uma forma de substanciar e legitimar a opção tomada por diversas lideranças latino-americanas de se distanciarem da política externa norte-americana. Como os EUA historicamente apoiam Israel, reconhecer o Estado Palestino—sobretudo de acordo com as fronteiras de 1967—representa assumir uma postura algo desafiadora perante Washington no que diz respeito ao Oriente Médio. No caso da Venezuela, Hugo Chávez havia adotado um discurso de oposição à hegemonia norte-americana, tanto dentro quanto fora da região. A mudança de postura em relação à Palestina e a Israel—sobretudo quando sublinhada por atos de provocação— representa um descontinuidade em relação a posicionamentos de governos anteriores, o que por sua vez promove a identidade diferenciada e frequentemente desafiadora das lideranças bolivarianas. Mesmo no caso de governos latino-americanos que defendem uma postura mais moderada, a busca pela autonomia no plano internacional influi na decisão de apoiar mais abertamente a Palestina, embora mantenham os laços de cooperação com Israel.

No caso do Brasil, a busca pela autonomia se confunde com ambições de projeção no plano internacional, inclusive na mediação de conflitos. A vontade de projetar o Brasil no plano internacional, inclusive no Oriente Médio, já se havia manifestado nas tentativas de apaziguar as tensões em torno do programa nuclear iraniano. No entanto, a ambição de trilhar um caminho próprio no Oriente Médio, teria que ser equilibrada com a necessidade de colaborar com os EUA em certas questões-chave onde Washington desempenha um papel chave. No caso do programa nuclear iraniano, o Brasil—em um primeiro momento, incentivado pelos EUA—colaborou com a Turquia para lançar, em maio de 2010, um acordo tripartite com o Irã que permitiria que

combustível nuclear usado fosse enviado para a Turquia. No entanto, já na fase final, os EUA voltaram atrás, minando a confiança que se havia construído durante as negociações.

O reconhecimento formal da Palestina pelo Brasil ocorre durante as tentativas de negociação do acordo sobre o programa nuclear iraniano e também reflete—ao menos, por parte do Brasil—a ambição de desempenhar um papel mais importante nos processos de paz da região. Lula defendia a entrada de novos interlocutores nas negociações de paz entre Palestina e Israel de forma a incluir países em desenvolvimento, inclusive oferecendo o Brasil para participar mais diretamente do processo de paz^{ix}. Em 2007, o Brasil chegou a participar da Conferência de Annapolis, convocada como tentativa de retomar o processo de paz e de implementar o “Mapa da Paz” (*Roadmap for Peace*), plano em etapas que havia sido elaborado em 2003. Em visita ao Oriente Médio em 2009—viagem que incluiu não apenas paradas na Palestina e na Jordânia, mas também a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro a Israel—Lula discutiu com o rei Abdullah II da Jordânia opções para a retomada das negociações de paz entre Israel e Palestina com o forte respaldo da ONU. Ficou claro que o Brasil vê divergências entre os EUA e Israel como oportunidades que poderiam ser minadas para avançar o processo de paz. Em 2010, ao inaugurar uma rua de Ramala chamada Brasil e depositar flores no mausoléu de Yasser Arafat, Lula afirmou que a divergência entre os EUA e Israel sobre a construção de 1.600 casas em Jerusalém Ocidental por parte de Israel poderia ser um “momento mágico” para as negociações de paz^x.

Além de tentar avançar o objetivo de ampliar seu papel na mediação de conflitos, o Brasil (assim como os demais países latino-americanos que reconheceram o Estado Palestino) esperava que o reconhecimento formal permitisse ampliar seus laços de cooperação para o desenvolvimento e humanitária—e, a médio ou longo prazo, de comércio e investimentos. O reconhecimento, afinal, permite a assinatura de acordos e convênios e abre portas para mais interação entre atores estatais e não estatais. No caso do Brasil, que historicamente tem fortes interesses econômicos no Oriente Médio—além do petróleo, diversas construtoras brasileiras atuam na região desde a década de 70—o reconhecimento e a cooperação poderiam facilitar a retomada ou aprofundamento de relações econômicas com países da região. No plano político, o reconhecimento e a cooperação também representam uma forma de ampliar o apoio que os países latino-americanos desfrutam nas organizações multilaterais, pois o estreitamento de laços com a Palestina tende a agradar não apenas o governo palestino, mas também outros países da

região. Portanto, embora o discurso latino-americano em torno do reconhecimento do Estado Palestino ressalte princípios tais como a solidariedade e a horizontalidade, as motivações abrangem uma série de preocupações e interesses pragmáticos.

Finalmente, dinâmicas internas aos países latino-americanos ajudam a explicar a onda de reconhecimento formal da Palestina. Embora muitos países da América Latina possuam populações judaicas significativas e uma proporção significativa dessas comunidades tenda a apoiar o governo israelense na questão da Palestina, na maioria dos países da região a contestação ao aprofundamento das relações com a Palestina não tem sido influente o suficiente para evitar o reconhecimento ou a cooperação que se segue, mesmo quando a aproximação gera tensões nas relações diplomáticas com Tel Aviv.

Portanto, o reconhecimento também traz certos riscos, pois, ao se aproximarem da Palestina, países latino-americanos que historicamente mantem uma equidistância entre Palestina e Israel alteram o balanço do seu papel no Oriente Médio. No Chile, durante os bombardeios israelenses em Gaza, 10 mil manifestantes foram às ruas de Santiago para pedir que o governo rompesse relações com Tel Aviv; apesar de ter chamado de volta o seu embaixador em Israel, passadas algumas semanas o governo chileno retomou as relações. No caso do Brasil, o governo tem o cuidado de reafirmar as relações com Tel Aviv ao mesmo tempo que aprofunda os laços com a Palestina, tentando dessa forma manter diálogo e cooperação com ambos lados—o que seria também fundamental para manter certa imparcialidade no caso de participação no processo de paz.

A cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento; enlacs e entraves

A instabilidade no Oriente Médio e os controles impostos por Israel (inclusive através das restrições ao movimento de bens, de pessoas e de capital, e do confisco de terras e recursos naturais palestinos) têm limitado as oportunidades de comércio e investimento privado na Palestina^{xi}, afetando também as trocas entre América Latina e a Palestina. O acordo de livre comércio assinado entre o Mercosul e a Palestina, em dezembro de 2011^{xii}, ainda não entrou em vigor (em contrapartida, os acordos firmados com Israel e com o Egito já produzem resultados). Há interesse em investimentos de ambos lados. Em 2009, executivos da Bolsa de Valores da Palestina estiveram no Chile à procura de investimentos, em visita apoiada pela ONG Fundação

Palestina Belém 2000^{xiii}. Em 2012, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Brasil certificou a empresa palestina de medicamentos Pharmacare para exportar para o Brasil^{xiv}, mas a instabilidade recente na Palestina atrapalhou os planos para a venda de medicamentos. Em 2014, a Venezuela estabeleceu um convênio entre a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) e a Corporação Geral de Petróleo do Estado da Palestina estipulando um primeiro carregamento de 240 mil barris de diesel e petróleo cru.

Com as dificuldades na área de comércio e investimentos, os vínculos entre a América Latina vêm se concretizando predominantemente através da cooperação técnica para o desenvolvimento e a cooperação humanitária. Como muitos países da região, inclusive o Brasil, argumentam em fóruns multilaterais tais como a ONU que o desenvolvimento socioeconômico é fundamental à prevenção e mediação de conflitos e à consolidação da paz, a cooperação técnica representa uma forma concreta de se equilibrar abordagens do Norte que são frequentemente vistas por países latino-americanos como excessivamente voltados para o lado da segurança (Abdenur e Souza Neto, 2014).

Ambos países latino-americanos que reconheceram a Palestina em 1988—Cuba e a Nicarágua—já cooperavam com a Palestina mesmo antes da virada do milênio. A Diretoria Geral de Inteligência cubana oferecia treinamento e apoio diplomático e financeiro a membros da OLP e da Frente Marxista-Leninista de Libertação da Palestina; Cuba também já apoiava a causa palestina através do Movimento Não Alinhado, que conta a Palestina como membro pleno desde 1976 e cujo Comitê sobre a Palestina se dedica a apoiar politicamente a causa palestina. A cooperação foi reforçada com a onda de apoio à Palestina que correu a região na última década. Em 2009, durante visita a Havana, Abbas e Raúl Castro assinaram memorandos de entendimento com nas áreas de educação superior, esportes e cultura (este último, voltado para a conservação de documentos e restauração de monumentos)^{xv}. Em 2012, a Nicarágua assinou convênio de cooperação agrícola que cobre os setores de agropecuária, indústria de alimentos, pesquisa agrícola e transferência de tecnologias e técnicas de agricultura^{xvi}.

Apesar de ter reconhecido o Estado Palestino apenas em 2011, em meados da década de 90 o Chile já cogitava a cooperação técnica com a OLP. Em 1994, uma delegação da Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) realizou missão técnica nos territórios sob controle da ANP para efetuar um diagnóstico da situação política, econômica e social do processo de autonomia palestina e para constatar as demandas locais por cooperação técnica. No entanto,

segundo o governo chileno, as principais demandas à época eram por apoio financeiro direto, o que dificultou a elaboração de projetos concretos. Mesmo assim, em 1996, o Chile e a OLP assinaram um memorando de entendimento englobando a cooperação científica, técnica, cultural e educacional. Em 2008, foi assinado outro memorando na área de saúde—principal enfoque da atual cooperação entre Chile e Palestina. Em 2011, com o reconhecimento formal, os laços de cooperação em saúde se intensificaram com o envio de pediatras chilenos à Palestina. O projeto, lançado com o apoio da Fundação Palestina Belém e a ONG Palestinian Children’s Relief Fund, já realizou mais de 400 cirurgias na Palestina e três no Chile.

Dentre os países que reconheceram o Estado Palestino a partir de 2009, destacam-se na cooperação para o desenvolvimento a Venezuela, o Chile, a Bolívia, e o Brasil. No caso da Venezuela, até agosto de 2014 o governo havia assinado nada menos que 18 acordos de cooperação, abarcando educação, relações econômicas, comércio, energia, agricultura, cultura, turismo, comunicação, esportes, defesa e saúde. Um dos projetos de maior visibilidade é a construção de um centro oftalmológico em Ramala, como parte do projeto humanitário “Misión Milagro Internacional” implementado através de uma parceria entre Cuba e Venezuela. Caracas se comprometeu a enviar recursos e equipamentos para o centro e, da sua parte, a ANP caracterizou a Venezuela como “porta de entrada” para a América Latina^{xvii}. Após os ataques israelenses à Faixa de Gaza em 2014, o governo venezuelano também se ofereceu para acolher crianças órfãs e feridas durante os bombardeios e prometeu aumentar para 200 o número de estudantes palestinos inscritos em cursos técnicos em universidades venezuelanas.

Já no caso da Bolívia, os laços de cooperação vêm surgindo através da interação entre os governos boliviano e palestino dentro do Banco Mundial. Em abril de 2013, durante visita de delegação palestina à Bolívia feita com o apoio do Banco Mundial, os dois governos trocaram experiências sobre a gestão dos seus bancos centrais e outras regulações econômicas e exploraram a possibilidade de investimentos mútuos. Em outubro do mesmo ano, durante a reunião anual do Banco Mundial em Washington, a Bolívia e a Palestina assinaram acordo visando o aprofundamento da cooperação, sobretudo através do compartilhamento de lições aprendidas com a aplicação de políticas monetárias e outros temas do desenvolvimento financeiro. Durante as discussões, o governo municipal de La Paz propôs o estabelecimento de relação de cidades irmãs com Jericó^{xviii}.

O Brasil ainda é o maior provedor de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento da América Latina, e o reconhecimento formal da Palestina permitiu a assinatura de uma série de acordos que servem de arcabouço para a implementação de projetos específicos. Mesmo antes de 2010, o governo brasileiro já havia firmado um acordo de cooperação técnica com a ANP, englobando as áreas da agropecuária, procedimentos eleitorais, comunicação, desenvolvimento urbano, desenvolvimento social, saúde, educação e esportes. O acordo previa não apenas a participação de repartições do governo, tais como ministérios e agências, mas também a possibilidade de participação de instituições privadas, entidades da sociedade civil e agências internacionais^{xix}. Em 2010, já refletindo o reconhecimento formal do Estado Palestino pelo Brasil, os dois países firmaram em Ramala um segundo acordo básico de cooperação técnica cobrindo regulações tais como emissão de vistos e repatriação em situações de crise.

Os projetos de cooperação técnica implementados pelo Brasil ao longo dos últimos cinco anos giram em torno da capacitação de profissionais—por exemplo, treinamento em gestão urbana, capacitação de diplomatas palestinos, e workshops para fisioterapeutas. Diversas instituições governamentais brasileiras atuam como agências executoras, dentre elas o Ministério das Cidades, Instituto Rio Branco e Ministério da Saúde^{xx}.

No caso da cooperação cultural, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado em 2011, a cooperação visa estimular o intercâmbio de experiências culturais entre brasileiros e palestinos nas áreas de música, literatura, cinema, artes visuais, teatro, dança, museus e arquivos. Ao defender o acordo, a parecerista do acordo no Senado argumentou que a diversidade demográfica do Brasil, inclusive pela imigração de árabes e judeus, “deve servir de exemplo internacional para o fomento da cultura pela tolerância.^{xxi}” Tal posição reflete a postura oficial do Brasil de que o desenvolvimento socioeconômico, inclusive na sua dimensão cultural, é fundamental para a resolução de conflitos e a manutenção da paz. De acordo com o governo brasileiro, as demandas por cooperação partem da Palestina; por exemplo, a ANP vem demonstrando interesse em obter apoio brasileiro para o Centro Palestino de Mídia através de parceria com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), estatal brasileira.

Em junho de 2012, foi assinado mais um acordo bilateral, com o objetivo de aprofundar ações já iniciadas nas áreas de urbanização e comunicação pública e lançar iniciativas em agropecuária, saúde, esportes, educações e eleições. Além de reafirmar a possibilidade de

participação de atores não estatais, o acordo deixa espaço para que arranjos trilaterais sejam configurados, por exemplo através de parcerias com outros Estados ou organizações multilaterais^{xxii}.

Como parte do acordo de cooperação com a ANP, em maio de 2013, o Ministro da Saúde brasileiro inaugurou um centro médico ao sul de Hebron, com construção financiada integralmente pelo Brasil e visando cobrir as necessidades de 230 mil pessoas. O Brasil forneceu USD\$800 mil para financiar as obras de ampliação e a reconstrução do centro médico. Na mesma ocasião, o Ministro se reuniu em Ramala com o responsável de saúde da ANP para discutir as possibilidades de formação de médicos palestinos no Brasil e do envio de médicos brasileiros à Palestina. Durante a visita, o Brasil teve o cuidado de equilibrar os esforços de cooperação com a Palestina explorando também iniciativas conjuntas com Israel; o Ministro se reuniu com os seus interlocutores israelenses das áreas de Economia e Saúde para discutir possibilidades de cooperação na área de biotecnologia e visitou um centro de simulação onde são treinados indivíduos para atuar em crises^{xxiii}.

Além dos projetos bilaterais, o Brasil oferece à Palestina cooperação para o desenvolvimento através do arranjo trilateral do Fórum de Diálogo Índia Brasil África do Sul (IBAS). O Fundo IBAS, que financia projetos voltados para o desenvolvimento socioeconômico, é administrado pela ONU; suas atividades na Palestina representam a primeira iniciativa do Fundo no Oriente Médio. De acordo com o IBAS, os projetos implementados na Palestina são voltados não apenas para o desenvolvimento socioeconômico, mas também para a manutenção da paz; as iniciativas são “gestos concretos que refletem o comprometimento dos países IBAS para com o Estado Palestino soberano, independente e viável, vivendo dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, lado a lado e em paz com Israel.” Na Palestina, o programa inclui três projetos, além de planos para um quarto componente, implementados em parceria com a ANP, o Fórum Sharek de Juventude e o Programa de Assistência ao Povo Palestino do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O primeiro é um complexo esportivo de 2450 metros quadrados, com diversas quadras e assentos para mais de 400 espectadores, construído em terreno cedido pelo governo municipal de Ramala. O centro, inaugurado em novembro de 2011, custou cerca de USD\$1 milhão^{xxiv}. No espaço são organizados programas para jovens, ligas esportivas, eventos e cursos de futebol, esgrima, bilhares, ginástica, tênis de mesa, vôlei e badminton. Os principais objetivos do projeto

são: “a promoção da paz através da participação de jovens palestinos em atividades recreativas, incentivando o trabalho em equipe e desenvolvendo capacidades de liderança, fomentando a igualdade de gênero e reforçando estruturas de governança através de atividades participativas.^{xxv}” De acordo com o governo palestino, 23 organizações locais e cerca de 6.600 pessoas usam o complexo para diversas atividades e eventos.

A iniciativa se enquadra na tradição que o Brasil vem desenvolvendo de empoderamento de comunidades e jovens através dos esportes organizados e complementa iniciativas bilaterais na área esportiva. Por exemplo o Santos Futebol Clube vem treinando a equipe palestina de futebol. De acordo com a ABC, que coordena o projeto, o Santos já recebeu 20 atletas palestinas—das quais treze muçulmanas e sete cristãs—e comissão técnica para treinamento de 20 dias e amistosos com equipes femininas brasileiras^{xxvi}.

Além do complexo, o Fundo IBAS financia um centro para deficientes em Nablus que oferece fisioterapia, consultas e outros serviços. O terceiro projeto é a reconstrução de um centro cultural e hospitalar na Faixa de Gaza que havia sido danificado durante o conflito com Israel. Com o apoio do IBAS, o governo palestino renovou o prédio de nove andares e resumiu a operação do hospital, que atualmente é administrado pela Cruz Vermelha da Palestina. Além dos três projetos já implementados, o Fundo IBAS tem planos para reformar outro hospital que a Cruz Vermelha da Palestina opera na Faixa da Gaza, visando expandir o espaço, fornecer equipamentos e aumentar a capacidade do hospital^{xxvii}.

Além da cooperação para o desenvolvimento bilateral e multilateral, alguns países latino-americanos oferecem à Palestina cooperação humanitária. Segundo os dados de 2010, a Palestina foi o principal destino dos recursos da cooperação humanitária do Brasil no Oriente Médio, totalizando R\$107,7 mil. Boa parte desses recursos foram uma contribuição voluntária à Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres^{xxviii}. No momento, o Congresso brasileiro estuda a ratificação de uma doação de US\$6,5 milhões à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA), manobra que é interpretada como podendo potencializar a entrada do Brasil no Conselho Consultivo da Agência. A contribuição financeira se somaria à doação de 11.500 toneladas de arroz para cobrir as necessidades da UNRWA durante um ano^{xxix}.

Em 2014, com os bombardeios israelenses em Gaza, houve um aumento significativo da assistência humanitária prestada à Palestina por países latino-americanos. A Venezuela enviou

16 toneladas de suprimentos humanitários, tais como medicamentos, materiais cirúrgicos, água potável, alimentos, roupas, cobertores, tendas e lanternas. Os suprimentos foram levados até o Egito, que se encarregou de coordenar o envio dos materiais para a Faixa de Gaza^{xxx}. O Ministério das Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador organizou a companhia “Todos por Palestina”, coletando doações populares de alimentos, tendas e roupas^{xxxii}. O Chile enviou 3,5 toneladas de material médico, transportado pela Força Aérea do Chile via Jordânia.

O apoio brasileiro não veio exclusivamente do governo federal. No Brasil, o governo do Estado do Rio Grande do Sul—que havia enviado uma delegação a Gaza em 2013—arrecadou alimentos e remédios e preparou equipes de saúde para ajudar famílias da Faixa de Gaza que sofreram perdas humanas e materiais durante os bombardeios.^{xxxii} Também se mobilizaram entidades da sociedade civil, tanto latino-americanos quanto internacionais com representação na região.

Tais projetos e remessas demonstram que o reconhecimento formal vem sendo acompanhado por iniciativas concretas, inclusive em tempos de crise no Oriente Médio. No entanto, a sustentabilidade da cooperação Sul-Sul entre os países da América Latina e a Palestina irá depender da vontade política e da disponibilidade de recursos para dar continuidade aos projetos, sobretudo na cooperação para o desenvolvimento, face à instabilidade recorrente na Palestina e aos obstáculos impostos por Israel.

Repercussões

Além do estabelecimento de iniciativas de cooperação Sul-Sul, a onda de reconhecimento formal da Palestina por parte de países latino-americanos contribuiu para que o status da Palestina perante a ONU fosse alçado de “entidade” para “Estado observador não-membro.” Embora a mudança não seja exclusivamente resultado do reconhecimento latino-americano, o apoio que os países da região ofereceram ao pleito palestino foi importante tanto numericamente (ou seja, em termos de votos na Assembleia Geral) quanto moralmente.

Além disso, a onda de reconhecimento ajuda a explicar a postura abertamente pró-Palestina que muitos países da região adotaram em 2014, quando—alegando que o Hamas estaria por trás do sequestro e assassinato de três adolescentes israelenses—o governo de Israel lançou uma série de ataques aéreos em Gaza durante sete semanas consecutivas, matando mais de 2.200

pessoas. A resposta latino-americana não foi homogênea. Alguns Chefes de Estado latino-americanos caracterizaram os bombardeios de “genocídio”; Dilma Rousseff, do Brasil, chamou os ataques de “massacre” e criticou o “uso desproporcional da força” por Israel.^{xxxiii} Evo Morales tachou Israel de “país terrorista” e a Bolívia passou a exigir que cidadãos israelenses obtivessem vistos para visitar o país. La Paz chamou de volta seu embaixador em Tel Aviv—gesto que foi reproduzido por diversos países da região, inclusive o Equador, o Brasil, o Peru e El Salvador. O Chile também o fez, mas—além de reclamar das ações israelenses—condenou o Hamas por disparar foguetes contra Israel. Em resposta a tais posturas, a OLP emitiu carta agradecendo a solidariedade desses países latino-americanos^{xxxiv}, ao passo que Israel e um grupo de senadores norte-americanos expressaram sua “decepção” com a reação latino-americana e pediram que as relações com Tel Aviv fossem retomadas^{xxxv}. Tanto a Argentina quanto o Uruguai condenaram a violência mas mantiveram seus embaixadores em Tel Aviv.

As críticas não foram estritamente iniciativas isoladas; houve uma certa coordenação política entre governos latino-americanos, sobretudo os da América do Sul. Durante reunião do Mercosul em Caracas, os presidentes dos quatro países membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) pediram o cessar das ações militares em Gaza e o movimento livre de pessoas, alimentos e assistência humanitária. Em declaração conjunta emitida ao final do encontro, os quatro Chefes de Estado condenaram o “uso desproporcional da força pelo Exército Israelense na Faixa de Gaza,” ressaltando que dentre as vítimas estavam crianças e mulheres.

Em outra ação conjunta, diversos Chefes de Estado, intelectuais e lideranças políticas de esquerda assinaram o “Manifesto em Defesa da Palestina,” lançado pela Rede em Defesa da Humanidade (iniciativa de Evo Morales) e firmado também por Fidel Castro, Eduardo Galeano, Adolfo Pérez Esquivel, Roberto Fernández Retamar, João Pedro Stédile e Socorro Gomes, entre outros^{xxxvi}.

Apesar do mal-estar diplomático gerado pelos ataques e pela decisão de chamar de volta representantes diplomáticos em Israel, certos países latino-americanos, tais como o Brasil, retomaram o rumo da equidistância ao reenviar seus embaixadores a Israel. Como a instabilidade forçou a suspensão de alguns projetos de cooperação e adiou a implementação de outros, as consequências a longo prazo ainda não estão claras.

Conclusão

O artigo trata de explicar a onda de reconhecimento formal do Estado Palestino por países latino-americanos nos últimos cinco anos. Embora a literatura acadêmica trate do reconhecimento do Estado palestino como uma questão predominantemente jurídica, o gesto também tem consequências simbólicas e concretas mesmo para além da dimensão legal. Tanto para o Estado que reconhece quanto para aquele que é reconhecido, o gesto representa uma fonte de legitimidade política, assim como um potencial de risco.

Do lado palestino, o apoio latino-americano reforça a narrativa de um povo que luta pela autodeterminação. Como aponta Edward Said (2003) em texto sobre a ativista Rachel Corrie, morta em Rafah em 2003, há uma grande diferença entre tratar o povo palestino como um conjunto de indivíduos e reconhecê-lo como nação:

“O que o trabalho de Rachel Corrie em Gaza reconhecía, no entanto, era justamente a gravidade e a densidade da história viva do povo palestino como uma comunidade nacional, e não apenas como uma coleção de refugiados sofridos. [...] E precisamos lembrar que esse tipo de solidariedade não está mais limitado a um número reduzido de almas intrépidas, senão que é reconhecido mundo afora.^{xxxviii}”

Além do aspecto simbólico do reconhecimento, o ato tem repercussões concretas para a Palestina, pois amplia a sua base de apoio em fóruns multilaterais tais como a ONU e abre portas para iniciativas de cooperação que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e para a autonomia Palestina.

Já na perspectiva dos países latino-americanos que reconheceram o Estado Palestino após a virada do milênio, o processo de legitimação se enquadra no paradigma da cooperação Sul-Sul, que se intensifica nesse período não apenas no plano operacional, mas também na sua dimensão discursiva. Para os provedores de cooperação, e sobretudo para os governos esquerdistas da região, as colaborações com a Palestina substanciam o discurso histórico de solidariedade com povos que lutam pela autodeterminação—e, para alguns, expressa concretamente o apoio ao anti-imperialismo. Além disso, tais laços ajudam a legitimar a busca pela autonomia no plano internacional, porque o reconhecimento representa uma postura que não se alinha à dos EUA. Além desses interesses, alguns países da América Latina vêem a Palestina como uma potencial

porta de entrada para o Oriente Médio, com possíveis oportunidades econômicas e políticas, inclusive na área de mediação de conflitos. Tais princípios e interesses ajudam a explicar a expansão e diversificação dos projetos de cooperação para o desenvolvimento com a Palestina, desde cooperação técnica em saúde, educação e esportes até assistência humanitária em tempos de conflito.

No entanto, não se deve exagerar os efeitos concretos que o reconhecimento e a cooperação oferecidas pelos países da América Latina surtem até o momento, nem subestimar os riscos que acompanham esse posicionamento. No que diz respeito aos efeitos práticos do apoio latino-americano, a origem recente da maioria dessas iniciativas, assim como a falta de avaliação da cooperação, dificultam quaisquer conclusões definitivas sobre o impacto que os projetos têm sobre o desenvolvimento socioeconômico e a estabilidade na Palestina. Soma-se a essas dificuldades a continuação do conflito, exacerbado pelos bombardeios israelenses na Faixa da Gaza em 2014. A médio e longo prazo, a continuidade dessa cooperação também irá depender da vontade política das lideranças latino-americanas face aos obstáculos práticos e às contestações internas e externas.

Para alguns países, inclusive aqueles que nutrem alguma ambição de exercer um papel mais direto na mediação e prevenção de conflitos no Oriente Médio, isso requer manter um certo equilíbrio entre a cooperação com a Palestina e, por outro lado, as relações com Israel. Para outros, o apoio à Palestina representa necessariamente o enfraquecimento ou suspensão dos laços com Tel Aviv. Em todo caso, é fundamental que—em um contexto onde o antissemitismo se acirra em diversas regiões do mundo—tais críticas não fomentem a discriminação contra as populações judaicas, o que contribui para a reprodução da violência e mina a coerência moral do argumento de solidariedade. Mais amplamente, a sustentabilidade da cooperação Sul-Sul entre países latino-americanos e o Estado Palestino, fundamentada nos princípios da solidariedade e da dignidade, pode ser posta em xeque se não houver uma visão estratégica e a longo prazo, mantendo sempre o desenvolvimento e a paz como objetivos principais.

Bibliografia

Abdenur, Adriana Erthal e Souza Neto, Danilo Marcondes 2014 "Rising Powers and The Security–Development Nexus: Brazil's Engagement with Guinea-Bissau" *Journal of Peacebuilding & Development*, Volume 9, No. 2.

Aruri, Naseer Hasan 2014 *Bitter Legacy: The United States in the Middle East* (Chicago: Haymarket Books).

Bartelson, Jens 2013 "Three concepts of recognition" *International Theory* Vol. 5, No. 1.

Baeza, Cecilia 2011 "O reconhecimento do Estado palestino: origens e perspectivas" *Boletim Meridiano* (Brasília) Vol. 47, No. 12.

Carrilho, Arnaldo 2007 "O Brasil e a Questão Palestina: ambiguidades, equidistância e engajamento" em Ministério das Relações Exteriores (org.) *O Brasil no Mundo que vem aí* (Brasília: FUNAG).

Cerone, John 2012 "Legal Implications of the UN General Assembly Vote to Accord Palestine the Status of Observer State" *ASIL Insights* (Washington), Vol. 16, No. 37.

Jardim, Denise Fagundes 2007 "Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras" *Cadernos Pagu* (Campinas), Vol. 29.

Kharas, Homi e Rogerson, Andrew 2012 "Horizon 2025: creative destruction in the aid industry" Overseas Development Institute (Londres) em: < <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7723.pdf>> acessado em 15 de setembro de 2014.

Mawdsley, Emma 2012 *From Recipients to Donors: Emerging Powers and the changing development landscape* (Londres: Zed Books).

Pinto, Paulo Gabriel Hilu da Rocha 2014 “Muslim Identities in Brazil: Engaging Local and Transnational Spheres” em Paul Amar (org.) *The Middle East and Brazil: Perspectives on the New Global South* (Bloomington: Indiana University Press).

Rist, Gilbert 2002 *The History of Development: From Western Origins to Global Faith* (Londres: Zed Books).

Said, Edward 2003 “Dignity and Solidarity” *Al-Ahram* (Cairo) Vol. 644, 26 junho-julho, em: <http://weekly.ahram.org.eg/2003/644/op12.htm> acessado em 15 de setembro de 2014.

Sochaczewski, Monique 2014 “Palestine/Israel Controversies in the 1970s and the Birth of Brazilian Transregionalism” em Paul Amar (org.) *The Middle East and Brazil: Perspectives on the New Global South* (Bloomington: Indiana University Press).

Taghdisi-Rad, Sahar 2011 *The Political Economy of Aid in Palestine: Relief from Conflict of Development Delayed?* (Londres: Routledge).

Weber, Max 1958 *From Max Weber: Essays in Sociology* (tradução de H.H. Gerth e C. Wright Mills). (Nova Iorque: Oxford University Press).

Wendt, Alexander 2004 “The State as a Person in International Theory” *Review of International Studies* Vol. 30, No. 2.

Wilde, Ralph, Andrew Cannon e Wilmshurst, Elizabeth 2010 “Recognition of States: the Consequences of Recognition or Non-Recognition in UK and International Law” *Summary of the International Law Discussion Group meeting at Chatham House* (Londres).

Notas

ⁱ A dimensão política da questão se reflete também em casos de não-reconhecimento ativo, que representa uma postura mais forte do que o simples não reconhecimento.

ⁱⁱ Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados 1933 (Montevideu).

ⁱⁱⁱ Assembléia Geral da ONU 2012 “Resolução 67/19: Status da Palestina na Organização das Nações Unidas.” (doc.nr. A/RES/67/19). 26 de novembro.

^{iv} Mackenzie, Eduardo 2011 “Chávez atascado en Cochabamba” *El Tiempo* (Medellín), 6 de abril, em:

<http://elmundo.com/portal/opinion/columnistas/chavez_atascado_en_cochabamba.php#.VCXmf-e7iUY> acessado em 15 de setembro de 2014.

^v Government of South Africa, “Members of the Non-Aligned Movement (NAM)” em:

<<http://www.nam.gov.za/media/040802b.htm>> acessado em 15 de setembro de 2014.

^{vi} Rizo, Erving Sánchez 2014 “Revelan mural de 34 aniversario de relaciones entre Nicaragua y Palestina” *El 19 Digital* (Managua), 24 de julho, em:

<<http://www.el19digital.com/articulos/ver/titulo:20900-develan-mural-de-34-aniversario-de-relaciones-entre-nicaragua-y-palestina>> acessado em 15 de setembro de 2014.

^{vii} Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela 2014 “Presidente de Palestina visitó Venezuela como muestra de apoyo al Gobierno Bolivariano” (Caracas) 17 de maio.

^{viii} Shoer-Roth, Daniel 2006 “Uproar: Chávez equates Nazis, Israelis.” *Miami Herald* (Miami) 9 de agosto.

^{ix} Presidência da República 2007 “Carta do Presidente Lula ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, entregue ao seu destinatário em Ramallah, 21 de agosto de 2007” em *Repertório de Política Externa: Posições do Brasil* (Brasília: FUNAG).

^x Presidência da República 2010 “Momento ‘mágico’ pode dar novo impulso às negociações de paz no Oriente Médio” *Blog do Planalto* (Brasília): 17 de março, em:

<<http://blog.planalto.gov.br/momento-magico-pode-dar-novo-impulso-as-negociacoes-de-paz-no-oriente-medio/>> acessado em 15 de setembro de 2014.

^{xi} United Nations Conference on Trade and Development 2011 “Report on UNCTAD assistance to the Palestinian people: Developments in the economy of the occupied Palestinian territory” TD/B/58/4 (Genebra), 15 de julho.

-
- ^{xii} Mercosul 2011 “Acordo de livre comércio Mercosul-Palestina” (Montevideu), 20 de dezembro.
- ^{xiii} Agencia EFE 2009 “Ejecutivos palestinos buscan inversiones en Chile” (Madrid) 5 de junho, em: <<http://www.palestinalibre.org/articulo.php?a=15152>> acessado em 15 de setembro de 2014.
- ^{xiv} Agência de Notícias Brasil-Árabe 2012 “Indústria palestina busca mercado brasileiro” (São Paulo), 20 de agosto, em:
<http://www.anba.com.br/noticia_oportunidades.kmf?cod=18759039&indice=10> acessado em 15 de setembro de 2014.
- ^{xv} Reuters 2009 “Mahmoud Abbas dice que las relaciones con Cuba se “desarrollan y fortalecen” 27 de setembro, em:
<<http://www.emol.com/noticias/internacional/2009/09/27/377794/mahmoud-abbas-dice-que-las-relaciones-con-cuba-se-desarrollan-y-fortalecen.html>> acessado em 15 de setembro de 2014.
- ^{xvi} Misión de Palestina en la República Argentina 2012 “Nicaragua y Palestina suscriben convenio de cooperación agrícola” (Buenos Aires) 23 de julho, em:
<<http://www.palestina.int.ar/wp/?p=3073>> acessado em 15 de setembro de 2014.
- ^{xvii} Notiamérica 2013 “Venezuela y Palestina ratifican cooperación binacional” (Caracas) 20 de agosto, em: <<http://www.notimerica.com/venezuela/noticia-venezuela-venezuela-palestina-ratifican-cooperacion-binacional-20130820121545.html>> acessado em 15 de setembro de 2014.
- ^{xviii} Banco Mundial 2013 “Bolivia y Palestina compartirán experiencias en política monetária y desarrollo financeiro” (Washington) 11 de outubro.
- ^{xix} Lourenço, Luana 2009 “Brasil e Autoridade Nacional Palestina assinam acordo de cooperação técnica” *Agência Brasil* (Brasília), 22 de novembro.
- ^{xx} Agência Brasileira de Cooperação “Pesquisa de Projetos: Palestina”, em:
<<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>> acessado em 15 de setembro de 2014.
- ^{xxi} Senado Federal 2011 “Aprovado acordo de cooperação cultural entre Brasil e Autoridade Nacional Palestina” (Brasília) 1 de dezembro.
- ^{xxii} Câmara dos Deputados 2012 “CCJ aprova acordo de cooperação técnica entre Brasil e Palestina” (Brasília) 12 de junho.

^{xxiii} EFE 2013 “Ministro Alexandre Padilha inaugura centro de saúde em cidade palestina” 4 de maio, em: <<http://www.efe.com/efe/noticias/brasil/brasil/ministro-alexandre-padilha-inaugura-centro-saude-cidade-palestina/3/16/2031033>> acessado em 15 de setembro de 2014.

^{xxiv} PNUD 2011, “The Governments of India, Brazil and South Africa (IBSA), through UNDP Inaugurate the First Project in the Middle East – a Sports Centre in Ramallah” (Nova Iorque).

^{xxv} IBSA sem data “Programme Opportunities in Recreational and Team Sports in Ramallah” em: <http://www.ibsa-trilateral.org/component/content/category/9-uncategorised> acessado em 15 de setembro de 2014.

^{xxvi} Agência Brasileira de Cooperação 2010 “BRA/04/044-A505: Treinamento no Brasil de Equipe Palestina de Futebol Feminino” (Brasília), em:

<<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>> acessado em 15 de setembro de 2014.

^{xxvii} ONU 2014 “Statement by H.E. Ambassador Dr. Riyad H. Mansour, before the India, Brazil and South Africa (IBSA) Fund side event and exhibition during the High-Level Committee on South-South Cooperation of the United Nations General Assembly,” (Nova Iorque) 19 de maio..

^{xxviii} Santos, Áurea 2013 “Brasil gastou mais com ações humanitárias e de paz” *Agência de Notícias Brasil-Árabe* (São Paulo), 1 de agosto, em:

<<http://www.anba.com.br/noticia/21254778/diplomacia/brasil-gastou-mais-com-acoes-humanitarias-e-de-paz/>> acessado em 15 de setembro de 2014.

^{xxix} UNRWA 2013 “Brasil deve entrar no Conselho da UNRWA, defende Coordenador da ajuda humanitária do Itamaray” (Território Palestino) 30 de outubro.

^{xxx} AVN 2014 “Venezuela sends 12 tons of emergency aid to Palestine” (Caracas) 12 de agosto, em: <<http://www.avn.info.ve/contenido/venezuela-sends-12-tons-emergency-aid-palestine>> acessado em 15 de setembro de 2014.

^{xxxi} Gobierno de Ecuador 2014 “Ayuda humanitaria ‘Todos por Palestina’” (Quito) 21 de agosto.

^{xxxii} Governo do Estado do Rio Grande do Sul 2014 “Estado e Embaixada da Palestina preparam campanha humanitarian para vítimas em Gaza”(Porto Alegre) 7 de agosto.

^{xxxiii} No auge dos ataques, e em resposta à decisão brasileira de chamar de volta o seu embaixador em Tel Aviv, o porta-voz do ministério israelense das relações exteriores, Yigal Palmor, chamou o Brasil de “anão diplomático.” O Presidente Reuven Rivlin telefonou à Presidente Dilma Rousseff para pedir desculpas e Palmor deixou o cargo, alegando razões pessoais. Fonte: *O*

Globo 2014 “Israelense que chamou Brasil de ‘anão diplomático’ deixa o cargo.” (Rio de Janeiro), 1 de setembro.

^{xxxiv} OLP 2014 “Carta de Elayyan Aladdin Emir Mourad, Presidente Secretário Geral da OLP, à Presidente Dilma Rousseff” (Ramala) 24 de julho.

^{xxxv} *Pulso* 2014 “Senadores de EEUU instan a Chile a restablecer lazos con Israel” 25 de agosto de 2010.

^{xxxvi} Red en Defensa de la Humanidad 2014 “En Defensa de Palestina” (La Paz) 4 de agosto.

^{xxxvii} Tradução da autora.